

# COMISSÃO DO ESPORTE - CESPO

## REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ DE 2026 (Do Sr. BETO PEREIRA)

Solicita a realização de Audiência Pública para discussão sobre a tentativa de controle do Campeonato Brasileiro por investidores financeiros privados, em detrimento da autonomia dos clubes e das entidades desportivas.

Senhoras e Senhores Deputados,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão Permanente para discutir a tentativa de controle total do Campeonato Brasileiro de Futebol por investidores financeiros privados, em detrimento da autonomia dos clubes e das entidades desportivas.

São convidados:

1. o Presidente da Associação Futebol Forte União – FFU, Alessandro Barcellos;
2. o empresário Carlos Gamboa, principal sócio da LCP Gestora de Recursos e da Sports Media Participações S.A., gestores dos fundos de investimento que adquiriram direitos comerciais dos clubes da FFU;
3. representantes dos bancos de investimento XP Investimentos e BTG Pactual, na qualidade de apoiadores financeiros do grupo Sports Media;
4. um representante da empresa LiveMode, responsável pela negociação e comercialização dos direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro em nome dos clubes da FFU;
5. o advogado Marcos de Carvalho Borges, membro do Conselho de Administração da LiveMode e representante de Carlos Gamboa na Geodex Empresa de Participações e na Palmer Venture Capital LLC;
6. o advogado Pedro Paulo Barros Magalhães, acionista da LiveMode e diretor da Palmer Venture Capital LLC, registrada em Malta;



## JUSTIFICAÇÃO

Notícia publicada nesta data no portal UOL traz informações estarrecedoras para o futebol brasileiro. Segundo o respeitado jornalista Rodrigo Mattos, há um elaborado plano em curso para que grandes bancos e investidores financeiros privados passem a ser os controladores absolutos do Campeonato Brasileiro, por meio da chamada Futebol Forte União – FFU. De acordo com o jornalista: "Os investidores da FFU têm força financeira liderados pelo empresário Carlos Gamboa, mas com o apoio de dois bancos de investimento gigantescos como XP e BTG. Nos bastidores, investidores falavam até em nomear um CEO para uma futura liga do Brasileiro, isto é, previam um controle total sobre o campeonato."

A estrutura criada para viabilizar esse controle é a chamada Futebol Forte União – FFU, associação de clubes das Séries A e B que celebrou, em 2023, um Acordo de Investimento com a Sports Media Participações S.A. — veículo controlado pela gestora Life Capital Partners (LCP) —, mediante aporte de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões. Em contrapartida, o investidor adquiriu 20% das partes ideais do Condomínio Forte União, estrutura por meio da qual são explorados coletivamente os direitos de transmissão e as propriedades comerciais dos clubes associados, com prazo contratual estendido até 2074. Embora os clubes detenham formalmente 80% das partes ideais do Condomínio, a Convenção estabelece que determinadas matérias exigem quórum de 90% para aprovação — o que, na prática, confere poder de veto absoluto ao investidor sobre as decisões mais relevantes. Como concluiu o jornalista Rodrigo Capelo ao analisar ação judicial movida por sócios do Sport Club do Recife: a governança é "leonina para os clubes".

O conflito de interesses que permeia essa estrutura não é novo nem foi revelado ao acaso. Já em 30 de junho de 2023, o jornalista Rodrigo Mattos apurou e publicou, também no UOL, que a LCP Gestora de Recursos — veículo de Carlos Gamboa — mantinha ligações societárias com a agência LiveMode, empresa contratada para representar os clubes da FFU nas negociações de direitos de transmissão. O elo se dava por meio de intrincada rede de empresas, incluindo uma registrada no paraíso fiscal de Malta: a Palmer Venture Capital LLC. Dois advogados aparecem nas duas pontas do negócio — Marcos de Carvalho Borges, membro do Conselho de Administração da LiveMode e representante de Carlos Gamboa na Geodex e na Palmer Venture; e Pedro Paulo Barros Magalhães, acionista da LiveMode e diretor da Palmer Venture em Malta. Ou seja: desde a origem da estrutura, o mesmo grupo econômico que investe nos direitos dos clubes controla também a agência responsável por negociá-los em nome desses mesmos clubes — um conflito de interesses estrutural que foi formalmente denunciado por conselheiros do Sport Club Internacional ainda em 2023, mas que jamais foi adequadamente endereçado.



Esse conflito se aprofundou com o passar do tempo. A LiveMode, além de deter vínculos societários com o polo investidor via Life Capital Partners, é proprietária da CazéTV, emissora que adquiriu parte dos próprios direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro que a agência negociou em nome dos clubes. O mesmo agente que representa os clubes nas negociações comerciais é, portanto, simultaneamente parte compradora dos direitos negociados e sócio do investidor. Esse arranjo foi explicitamente criticado em manifesto público assinado por 18 clubes da Série B, que apontaram as participações societárias cruzadas entre investidores, LiveMode e CazéTV como causa de "dúvidas quanto à imparcialidade das decisões e à efetiva defesa dos interesses dos clubes", além de denunciarem "falta de clareza preocupante na memória de cálculo que define os valores líquidos repassados".

A gravidade do quadro assume contornos ainda mais sérios quando se examina a composição dos investidores que aportaram recursos na estrutura da FFU. Reportagem do Poder360, publicada em janeiro de 2026, revelou que Daniel Vorcaro, fundador do Banco Master, investiu cerca de R\$ 30 milhões na FFU por meio do fundo Astralo 95. O Banco Central comunicou ao Ministério Público Federal que o Astralo 95 é um dos seis fundos suspeitos de participar de esquema de desvio de recursos investigado na Operação Compliance Zero da Polícia Federal, que apura irregularidades estimadas em cerca de R\$ 11,5 bilhões. O modelo contratual da FFU, que prevê a cessão de direitos comerciais dos clubes por até cinquenta anos, com transferência do poder de negociação para o grupo investidor, abre caminho para que investidores como Daniel Vorcaro — por meio de estruturas de "fundo sobre fundo" que dificultam a identificação de beneficiários finais — venham a se tornar, na prática, controladores do Campeonato Brasileiro. Trata-se de perspectiva inaceitável para o maior patrimônio cultural e esportivo do país.

A captura institucional da FFU pelo polo investidor já produziu consequências concretas e documentadas. Em março de 2026, o Centro Sportivo Alagoano – CSA foi impedido de participar de Assembleia Geral Extraordinária convocada para deliberar sobre o ingresso do Grêmio Foot-Ball Porto Alegre na estrutura da liga — operação que implicaria diluição automática das partes ideais de todos os condôminos por cinquenta anos. O clube precisou recorrer ao Poder Judiciário para garantir o direito mais elementar de qualquer associado: participar das deliberações da entidade da qual faz parte. O Amazonas Futebol Clube enfrentou situação idêntica. Ambas as liminares foram concedidas. Em representação formulada junto à Comissão de Ética da CBF e ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva – STJD, o CSA documentou que o Administrador do Condomínio Forte União, Gabriel Lima — preposto direto da Sports Media, sem qualquer cargo ou vínculo formal com a associação —, passou a organizar convocações, receber votos antecipados e documentos dos associados, e conduzir os trabalhos das assembleias da FFU: o espaço que deveria ser o território soberano de deliberação dos clubes foi capturado pelo representante dos investidores.



O conjunto dos fatos narrados nesta justificação revela um problema estrutural de gravidade excepcional. Um grupo de investidores financeiros privados — articulado em torno de Carlos Gamboa, com o apoio dos bancos XP e BTG, por meio de uma rede societária que conecta a gestora LCP à agência LiveMode e se estende a paraísos fiscais, e com a participação de investidores investigados em operações criminais — articula o controle total sobre o Campeonato Brasileiro de Futebol, contra a vontade dos clubes, com estruturas de governança leoninas e conflitos de interesses não equacionados. Esta Comissão tem o dever de convocar os responsáveis para prestar esclarecimentos à sociedade brasileira. O futebol é o maior fenômeno cultural e econômico do Brasil — e sua governança não pode ser capturada por interesses financeiros privados sem o devido escrutínio democrático do Congresso Nacional.

Sala das Comissões, 20 de março de 2026.

**Deputado BETO PEREIRA**

